

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório, elaborado em conformidade com o Ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e para cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei 2/2007, de 15 Janeiro (Lei das Finanças Locais), visa caracterizar a situação económica, orçamental e financeira do Município de Óbidos, bem como salientar as actividades/investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano de 2009.

Serão objecto de análise a execução orçamental da receita e da despesa, bem como os investimentos, quer na globalidade, quer por sectores de actividade e sua evolução. Numa perspectiva patrimonial, a situação financeira espelhará a análise ao Balanço e Demonstração de Resultados e respectivos indicadores financeiros.

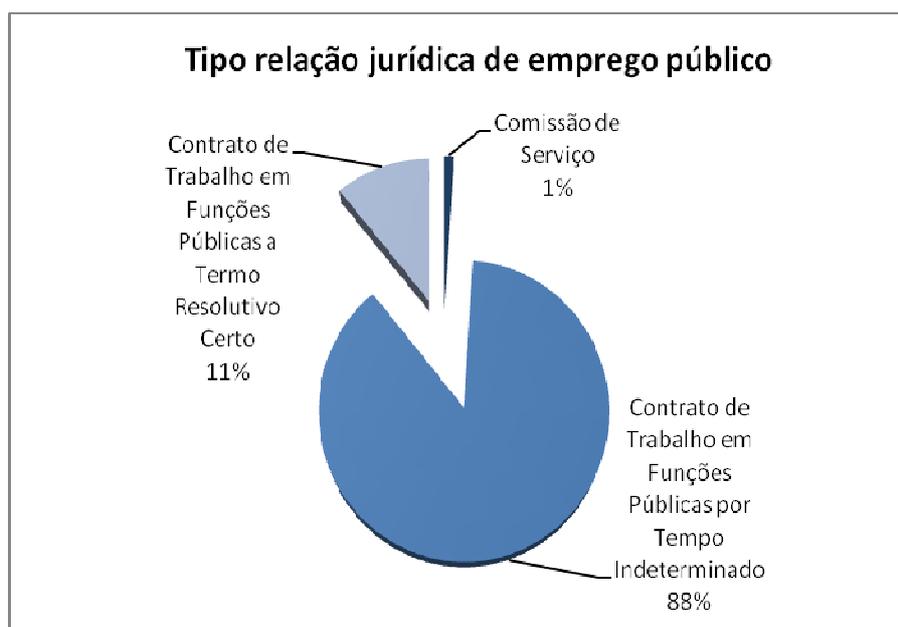
No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Óbidos no ano de 2009 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

2. MEIOS HUMANOS

2.1. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

2.1.1. Efectivos Globais

No final de 2009, a Câmara Municipal de Óbidos possuía um total de 360 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma: 4 em Comissão de Serviço, 317 com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e 39 com Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo.



Fonte: Balanço Social 2009

2.1.2. Grupo de Pessoal

Comparativamente a 2008, no final de 2009 verifica-se um acréscimo de 88 trabalhadores (2 em comissão de serviço e 86 em resultado da transferência de competências do Ministério de Educação para o Município, afectos à Escola Josefa de Óbidos e ao Complexo dos Arcos).

Ao longo do ano económico verificam-se 144 entradas e 56 saídas.

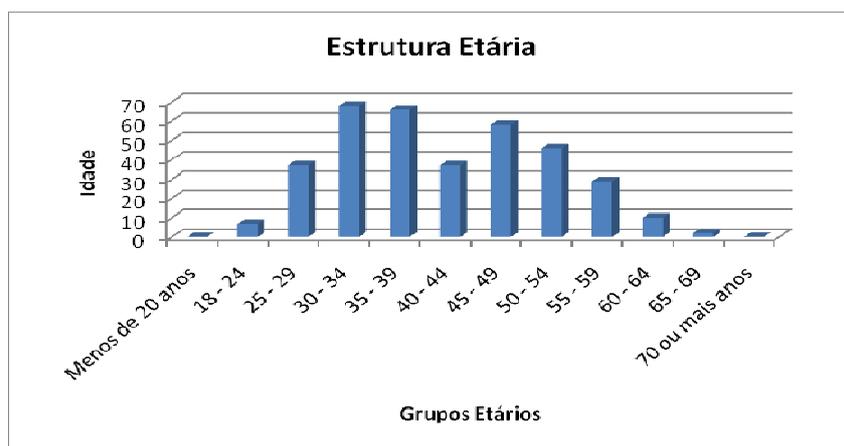
Contagem por Grupo de Pessoal Segundo Género

Grupos de Pessoal	Homens	Mulheres	Total	%
Dirigente	2	1	3	0,83
Técnico Superior	15	38	53	14,72
Assistente Técnico	19	41	60	16,67
Assistente Operacional	115	122	237	65,83
Bombeiro	1	0	1	0,28
Informática	5	0	5	1,39
Outros	1	0	1	0,28
TOTAIS	158	202	360	100,00

Fonte: Balanço Social 2009

2.1.3. Estrutura Etária

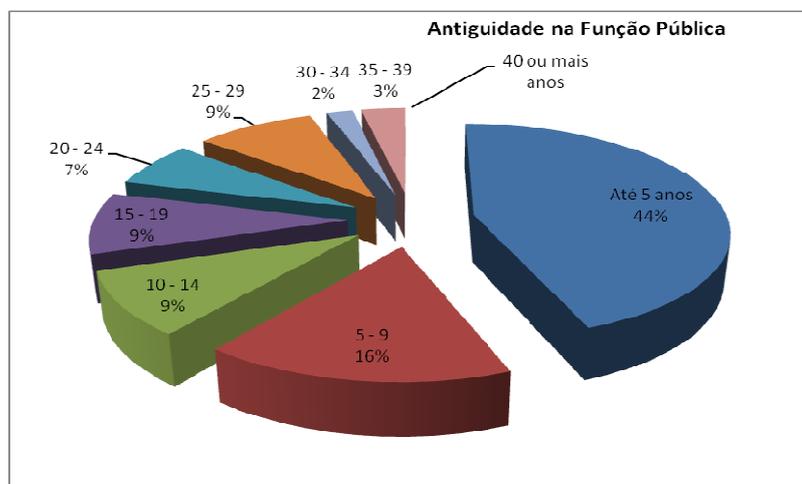
Verifica-se um equilíbrio etário, não existindo trabalhadores com menos de 20 anos, nem com mais de 70 anos. Cerca de metade dos trabalhadores estão distribuídos em três faixas etárias e apresentam um número muito idêntico de trabalhadores: 68 trabalhadores na faixa etária dos 30 – 34 anos, 66 dos 35 – 39 anos e 58 dos 45 – 49 anos.



Fonte: Balanço Social 2009

2.1.4. Antiguidade na Função Pública

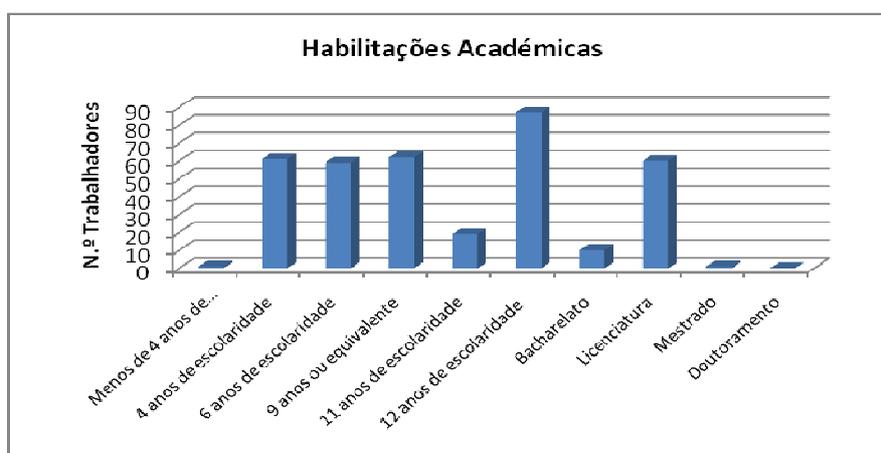
Este estudo permite concluir que a maioria dos trabalhadores desempenha funções no Município de Óbidos há 5 anos (44 %), com grande incidência no Grupo de Pessoal Assistente Operacional e 16 % de 5 a 9 anos, concluindo-se que 60 % apresenta um nível de antiguidade até aos 9 anos. Os restantes 40 % encontram-se distribuídos da seguinte forma: 34 % de forma idêntica dos 10 aos 29 anos e os restantes 5% ultrapassam os 30 anos de antiguidade.



Fonte: Balanço Social 2009

2.1.5. Habilitações Académicas

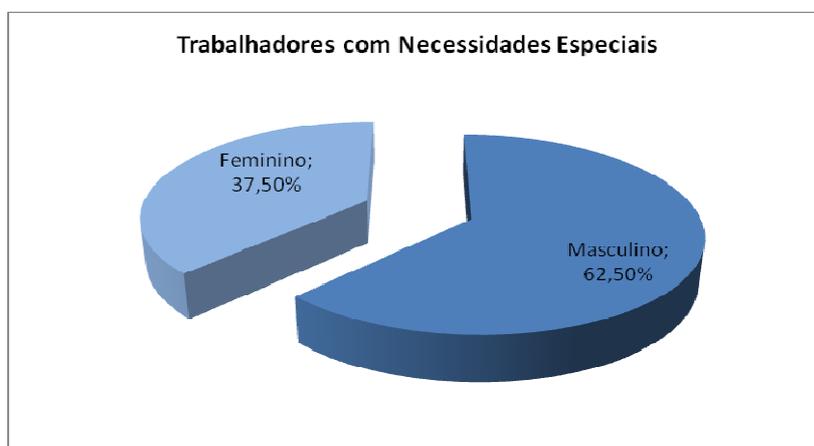
Nos Grupos de Pessoal de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo, 61 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 57 o 6.º ano e 52, o 9.º ano de escolaridade, representando 47.2 % do total de efectivos. No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, o 12.º ano com 87 trabalhadores e a Licenciatura com 60 trabalhadores, representando respectivamente 24 % e 17 % do total dos efectivos.



Fonte: Balanço Social 2009

2.1.6. Trabalhadores com Necessidades Especiais

É de 8 o número de trabalhadores beneficiários de redução fiscal em virtude da sua deficiência a que corresponde uma taxa de 2,2 %, sendo 5 trabalhadores do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

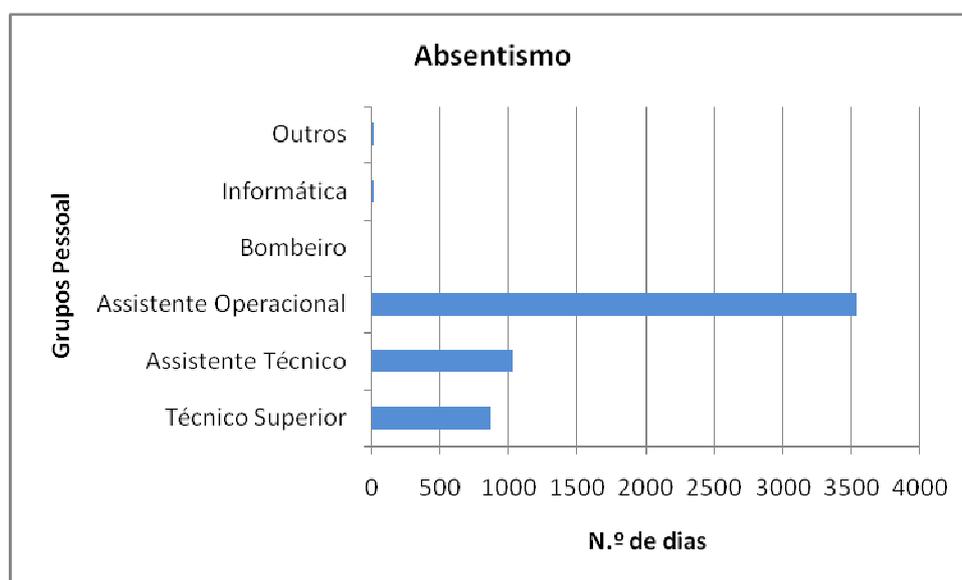


Fonte: Balanço Social 2009

2.2.COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

2.2.1. Absentismo

O nível de absentismo, bem como a análise dos factores que lhe deram origem constitui um indicador expressivo sobre a situação social da Organização. A doença é a principal causa de absentismo, com 42,3 %, incidindo principalmente no grupo profissional de assistente operacional sendo 28,6 % destes responsáveis por esta causa de absentismo. A outra causa de absentismo é a Protecção na Parentalidade, assumindo valores de 15,2 %. Para o cômputo do absentismo consideram-se, ainda, as ausências por casamento, férias, falecimento de familiar, greve, dispensas de serviço, consultas médicas, assistência a familiares, acidente e trabalhadores estudantes.



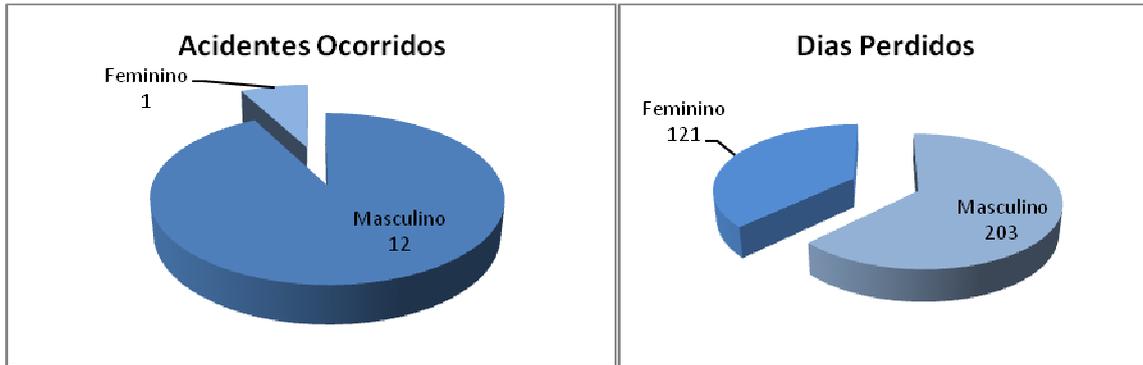
Fonte: Balanço Social 2009

2.2.2. Disciplina

Não foi instaurado qualquer processo disciplinar durante o ano de 2009.

2.2.3. Higiene e Segurança no Trabalho

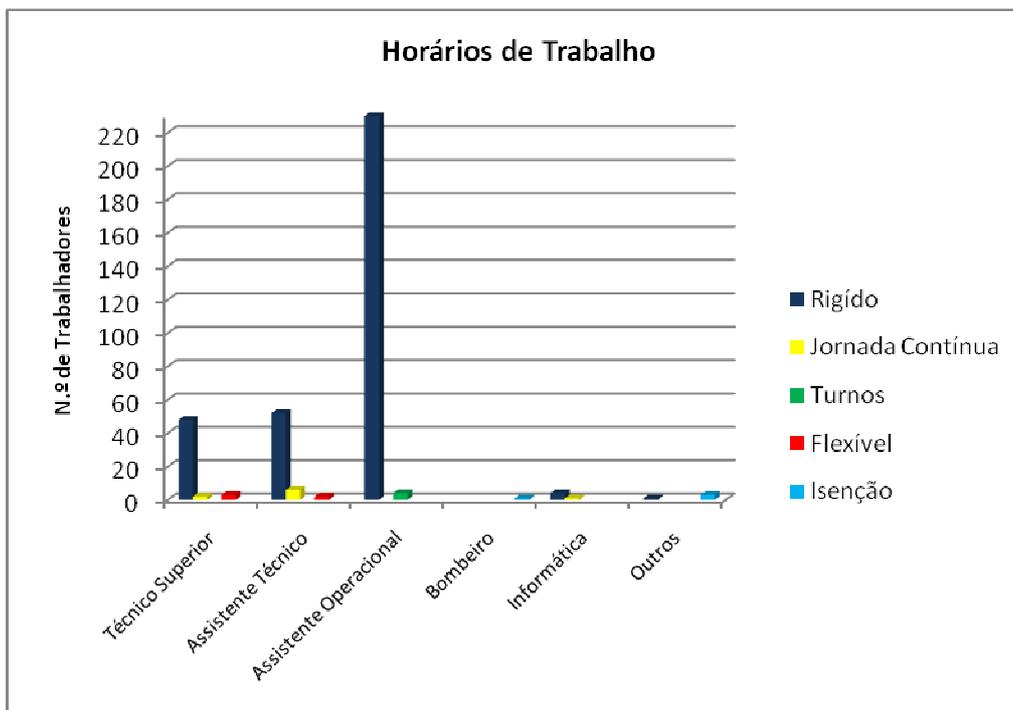
Durante o ano de 2009 ocorreram 13 acidentes em serviço, com predominância no Grupo de Pessoal de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 324 dias perdidos com baixa.



Fonte: Balanço Social 2009

2.2.4. Horário de Trabalho

As modalidades de horário de trabalho dividem-se principalmente em horário rígido com 338 trabalhadores (94 %). Ficando os restantes 6 % divididos pelas modalidades de Isenção, Jornada Contínua, Turnos e Flexível.



Fonte: Balanço Social 2009

2.2.5. Despesas com Pessoal e Outros Encargos

As despesas com pessoal durante o ano de 2009 foram de 5.538.752,02 €, entre remuneração base, trabalho em dias de descanso semanal complementar e feriados, trabalho extraordinário e as prestações sociais, que inclui abono de família, subsídio no âmbito da protecção da parentalidade, subsídio de refeição e outras protecções sociais, reflectindo a maior fatia da despesa e ainda 67.324,55 € relativos a avenças e 50.265,32 € de seguros, perfazendo um total de 5.656.341.89 €.

2.2.6. Assistência e Protecção Social

Durante o ano de 2009 os encargos com a Assistência e Protecção Social são os apresentados no quadro abaixo referido, verificando-se uma forte comparticipação nas despesas relacionadas com Estomatologia e Consultas.

Assistência e Protecção Social

Designação	Valor
A.D.S.E. Óculos	2.874,93 €
A.D.S.E. Estomatologia	7.197,22 €
A.D.S.E. Consultas	6.640,69 €
A.D.S.E. Transportes	154,73 €
A.D.S.E. Meios Diagnósticos	162,64 €
A.D.S.E. Exames	1.450,50 €
A.D.S.E. Prótese Dentária	2.730,84 €
A.D.S.E. Encargos Saúde	9.928,55 €
A.D.S.E. Aparelhos Ortopédicos	7,28 €
A.D.S.E. Intervenção Cirúrgica	227,26 €
A.D.S.E. Tratamentos Termais	115,77 €
TOTAL	31.490,41 €

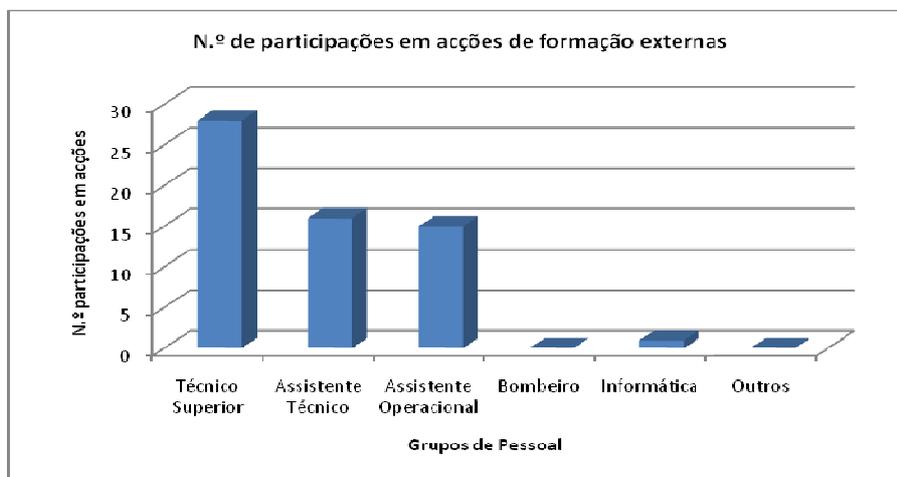
Fonte: Balanço Social 2009

2.3. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

2.3.1. Formação Profissional

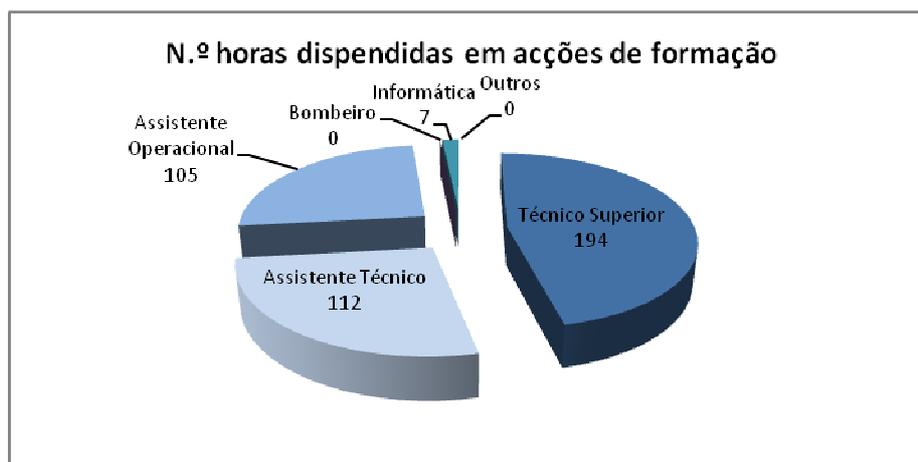
Em 2009, registaram-se 60 participações em acções de formação externas, sendo o número total de acções de formação de 34, todas inferiores a 30 horas.

Os grupos de pessoal com maior número de participações foram o Técnico Superior com 28, o Assistente Técnico com 16 e o Assistente Operacional com 15.



Fonte: Balanço Social 2009

O número total de horas dispendidas em formação durante o ano de 2009 foi de 418 horas.



Fonte: Balanço Social 2009

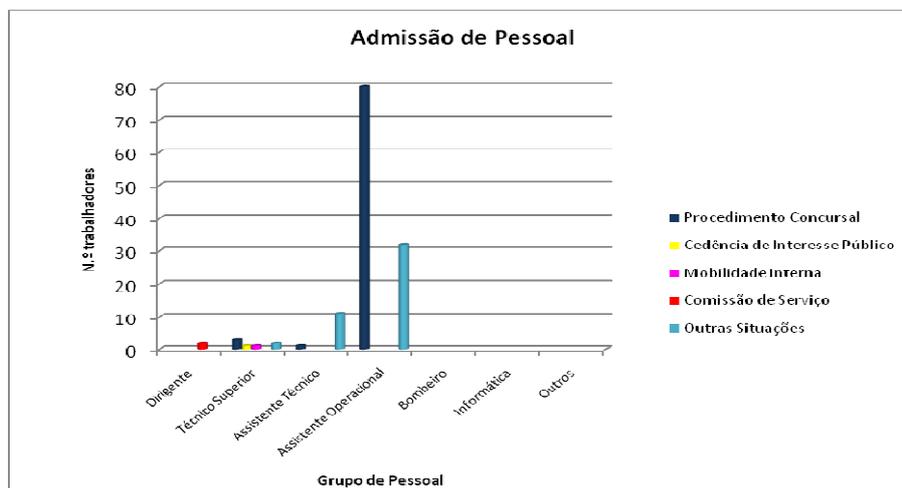
Os encargos com a formação durante o citado ano registaram um total de € 11.347,39.

2.4. MOBILIDADE DOS RECURSOS HUMANOS

2.4.1. Admissão de Pessoal

A mobilidade de recursos humanos e as diversas formas que pode assumir, constitui um dos mais relevantes instrumentos da sua gestão, reflectindo de forma clara o grau de valorização e de motivação dos funcionários, como um factor decisivo na obtenção de melhores níveis de produtividade e eficiência.

Durante o ano de 2009, foram admitidos para o mapa do Município de Óbidos 144 trabalhadores dos quais 94 trabalhadores em contrato de trabalho por tempo indeterminado e os restantes em Comissão de Serviço, cedência de interesse público, mobilidade interna e outras situações.



Fonte: Balanço Social 2009

2.4.2. Saídas de Pessoal

Ao longo do ano de 2009 saíram 56 trabalhadores, dos quais 53 por denúncia de contrato de trabalho a termo resolutivo, 1 por aposentação, 1 por licença sem vencimento e 1 por cessação da comissão de serviço.

Motivos de saída	TOTAIS
Aposentação	1
Falecimento	0
Licença sem vencimento	1
Cessação Contrato a Termo	0
Denuncia Contrato	53
Cessação Comissão de Serviço	1
TOTAIS	56

Fonte: Balanço Social 2009

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do Orçamento, permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efectuados durante o exercício económico de 2009, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por sector de actividade.

Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

A receita total em 2009 foi de € 21.690.964,60, aumentando € 4.983.973,56 (29,83%) face ao ano anterior. A receita total arrecadada é constituída por receitas correntes de € 14.734.899,38 (67,93%), por receitas de capital de € 6.934.494,24 (31,97%) e por outras receitas (reposições não abatidas nos pagamentos) de € 21.570,98 (0,10%).

Para este aumento da receita contribuíram em grande parte as receitas de capital, promovidas pelo financiamento externo de grandes investimentos.

Quadro 1 – CRESCIMENTO DA RECEITA 2008/2009

(Euros)

Designação	2008	2009	Crescimento €	Crescimento %
Receitas Correntes	14.494.169,36	14.734.899,38	240.730,02	1,66%
Receitas de Capital	2.208.813,35	6.934.494,24	4.725.680,89	213,95%
Outras Receitas	4.008,33	21.570,98	17.562,65	438,15%
Total das Receitas	16.706.991,04	21.690.964,60	4.983.973,56	29,83%

Fonte: Controlo Orçamental da Receita 2008 e 2009

A despesa totalizou € 21.898.231,64, decomposta por € 12.678.744,66 (57,90%) de despesas correntes e por € 9.219.486,98 (42,10%) de despesas de investimento.

À semelhança da receita, também a despesa sofreu um aumento face ao ano anterior de € 4.981.014,26 (29,44%), justificado em grande parte pela execução de grandes investimentos.

Quadro 2 – CRESCIMENTO DA DESPESA 2008/2009

(Euros)

Designação	2008	2009	Crescimento €	Crescimento %
Despesas Correntes	10.994.708,34	12.678.744,66	1.684.036,32	15,32%
Despesas de Capital	5.922.509,04	9.219.486,98	3.296.977,94	55,67%
Total das Despesas	16.917.217,38	21.898.231,64	4.981.014,26	29,44%

Fonte: Balancetes da Despesa 2008 e 2009

À semelhança dos exercícios anteriores, a estrutura orçamental assenta no financiamento das despesas de capital por receitas correntes, sobretudo pelas receitas próprias do Município. A diferença entre os valores recebidos e pagos (total recebido inferior ao total pago) foi assumida pelo saldo da gerência anterior.

QUADRO 3 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL / 2009

(Euros)

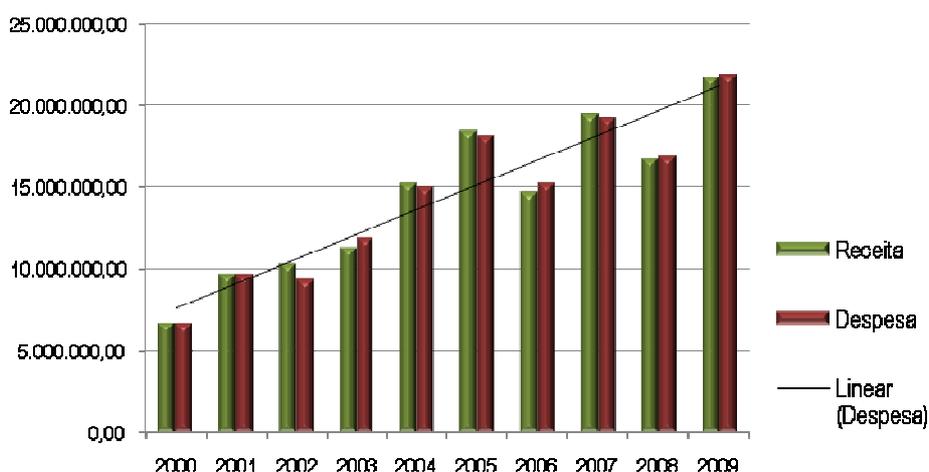
COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
Receitas Correntes	18.527.070,49	14.734.899,38	79,53	67,93
Receitas de Capital	21.557.312,62	6.934.494,24	32,17	31,97
Outras Receitas	15.000,00	21.570,98	143,81	0,10
Total das Receitas	40.099.383,11	21.690.964,60	54,09	100,00
Despesas Correntes	18.507.817,21	12.678.744,66	68,50	57,90
Despesas de Capital	21.591.565,90	9.219.486,98	42,70	42,10
Total das Despesas	40.099.383,11	21.898.231,64	54,61	100,00

Fonte: Controlo Orçamental da Receita 2009 e Balancete da Despesa 2009

De sublinhar o desvio na execução das receitas de capital face à dotação, que se explica pelo facto de terem sido previstas alienações de imóveis, não concretizadas por opção do executivo, considerada que foi a conjuntura nacional actual.

De salientar ainda o forte impacto que os atrasos na aprovação das candidaturas ao QREN provocaram no desenvolvimento dos investimentos previstos e na respectiva execução da receita de capital, uma vez que este programa deveria ter tido início em 2007 e apenas se concretizou em 2009.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2000-2009



Fonte: Controlo Orçamental da Receita 2000 a 2009 e Balancete da Despesa 2000 a 2009

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PERCENTUAL (%) 2000-2009



Fonte: Controlo Orçamental da Receita 2000 a 2009 e Balancete da Despesa 2000 a 2009

Pese embora o facto da execução percentual ter diminuído comparativamente aos anos anteriores, o montante absoluto executado espelha o crescimento da actividade municipal, nomeadamente ao nível dos investimentos na educação, na área social e nas infra-estruturas rodoviárias.

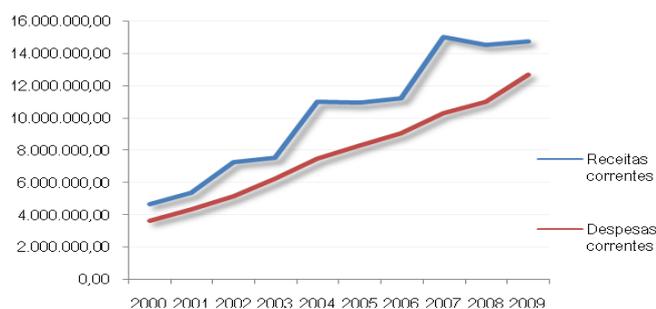
QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CORRENTE 2000-2009

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas correntes	4.676.808,89	5.325.894,59	7.251.967,11	7.502.731,14	10.959.113,17	10.895.264,46	11.189.587,71	15.008.920,76	14.494.169,36	14.734.899,38
Despesas correntes	3.664.817,79	4.312.925,85	5.144.681,37	6.195.296,58	7.438.580,74	8.271.623,40	9.037.138,85	10.287.813,84	10.994.708,34	12.678.744,66

Fonte: Controlo Orçamental da Receita e Balancetes da Despesa (2004 a 2009)

Embora registando uma tendência crescente, a despesa corrente mantém-se inferior à receita corrente. Esta última, espelha a evolução dos factores externos que contribuem directamente para a maior ou menor receita de impostos directos e de transferências correntes do Orçamento de Estado, dando origem a fortes oscilações.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO - RECEITAS E DESPESAS CORRENTES (€) 2000-2009



Fonte: Controlo Orçamental da Receita 2000 a 2009 e Balancete da Despesa 2000 a 2009

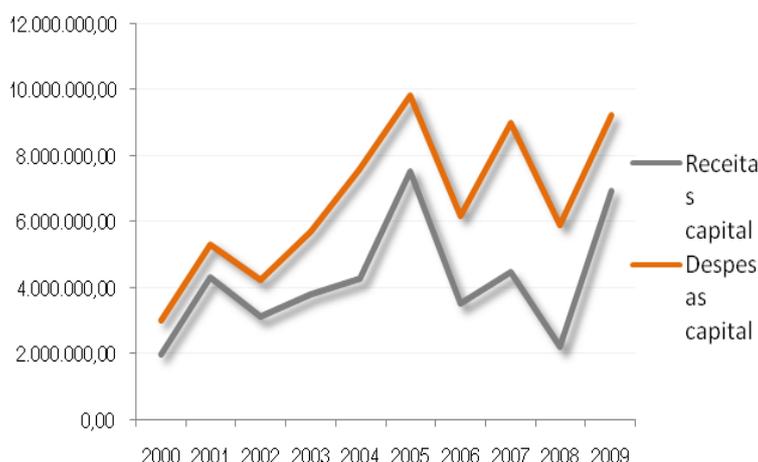
QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE INVESTIMENTO 2000-2009

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas capital	2.026.072,17	4.320.342,97	3.112.249,34	3.804.623,27	4.265.853,04	7.538.566,42	3.519.980,85	4.452.346,55	2.208.813,35	6.934.494,24
Despesas capital	3.038.053,29	5.332.024,82	4.226.514,93	5.712.174,64	7.618.970,84	9.847.715,25	6.199.963,97	8.996.012,50	5.922.509,04	9.219.486,98

Fonte: Controlo Orçamental da Receita e Balancetes da Despesa (2004 a 2009)

As despesas de investimento, ao serem superiores às receitas de capital, traduzem o financiamento de investimentos pela receita corrente, já atrás mencionado.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO - RECEITAS E DESPESAS CAPITAL (€) 2000-2009



Fonte: Controlo Orçamental da Receita 2009 e Balancete da Despesa 2009

Este gráfico permite “fotografar” a evolução dos financiamentos externos e a sua directa implicação no investimento municipal. Em 2005, revela-se o “pico” de execução do QCA III (que inclui o investimento nas piscinas municipais), enquanto em 2006 se denota a fase de reprogramação deste programa, antes do seu *terminus*. A fase de *over booking* do programa, em 2007, ainda permitiu a execução significativa de receitas de capital (inclui o investimento no complexo escolar de Óbidos).

Já em 2008, com o QCA III concluído e sem que o QREN tivesse qualquer evolução, regista-se um decréscimo significativo da execução de capital.

Em 2009, já com projectos aprovados no âmbito do QREN, a recuperação da execução das receitas de capital, e a respectiva execução da despesa de investimento, é significativa, passando de um nível abaixo da média dos últimos anos para um valor próximo do maior registo em 2005.

3.1.1. ORÇAMENTO DA RECEITA

O Orçamento da Receita foi executado em 54,09%, totalizando € 21.690.964,40. Para este montante contribuíram as receitas correntes, com uma execução de 79,53 % correspondente a € 14.734.899,38, e as receitas de capital, com uma execução de 31,97% correspondente a € 6.934.494,24.

QUADRO 6 – ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
01. Impostos Directos	8.221.450,28	8.221.450,28	6.888.101,63	83,78	46,75
02. Impostos Indirectos	565.111,34	565.111,34	1.553.123,75	274,83	10,54
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	584.374,08	584.374,08	418.176,59	71,56	2,84
05. Rendimentos de Propriedade	818.000,00	868.000,00	594.416,91	68,48	4,03
06. Transferências Correntes	2.526.065,00	3.516.065,00	2.859.435,39	81,32	19,41
07. Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	4.178.000,00	4.378.000,00	2.168.460,95	49,53	14,72
08. Outras Receitas Correntes	322.000,00	394.069,79	253.184,16	64,25	1,72
Total das Receitas Correntes	17.215.000,70	18.527.070,49	14.734.899,38	79,53	100,00

Fonte: Controlo Orçamental da Receita 2009

Verifica-se que os “Impostos Directos”, as “Transferências Correntes” e as “Prestações de Serviços” foram as rubricas que mais contribuíram para a execução da receita, logo, para o financiamento da actividade municipal.

Analisando de forma mais detalhada, verifica-se que os “**IMPOSTOS DIRECTOS**” correspondem a 46,75% das receitas correntes, mantendo um peso semelhante ao do ano anterior. Concorrem para este tipo de receita, principalmente, o Imposto sobre Transacções Onerosas de Bens (IMT), com € 4.501.382,93, seguido do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com € 2.090.166,11. Também o Imposto Único de Circulação (IUC), com € 180.605,63 faz parte da estrutura dos Impostos Directos. Apesar de já não existir o imposto da Derrama no concelho de Óbidos, ainda persistem valores cobrados relativos a anos anteriores, que justificam a execução orçamental, tal como para a Sisa e a Contribuição Autárquica (Impostos Abolidos).

Os “**IMPOSTOS INDIRECTOS**” são justificados pela cobrança a pessoas colectivas, de licenças e alvarás de loteamentos e obras, no montante de € 1.540.642,51. Os direitos de passagem relativos a telecomunicações, bem como as medições metrológicas também estão incluídos nesta rubrica da receita, embora sem relevância para efeitos de execução (€ 12.481,24).

As licenças e alvarás de loteamentos e obras cobradas a particulares, a par das taxas relativas a vistorias, plantas topográficas e certidões relevam para as “**TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**”, tendo sido arrecadadas € 418.176,59. Também, os juros compensatórios de atrasos no

pagamento dos impostos indirectos por parte do Estado ao Município, os juros de mora e execuções fiscais por atrasos dos munícipes no pagamento dos recibos de água e as contra-ordenações integram parte desta receita.

A análise da execução destas três rubricas deverá ter em consideração que a sua previsão é feita com base nas regras previsionais do POCAL, ou seja, espelham a média dos 24 meses anteriores ao da elaboração do orçamento e não com as expectativas reais. No entanto, há a realçar o desvio negativo do IMT, que influenciou a menor execução dos impostos indirectos.

Os “**RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**” incluem os juros de depósitos bancários e as rendas de imóveis, nomeadamente a concessão com a EDP, registando-se níveis de execução sem oscilações significativas.

A execução das “**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**” consubstancia-se nas transferências do Estado (FEF e outras transferências correntes), com uma execução ligeiramente superior aos 80%. As participações no âmbito da delegação de competências na área do ensino e as transferências do Instituto de Emprego e Formação Profissional, também contribuem para a execução das transferências correntes. A previsão de recebimento da verba da fase I do projecto Urbacts, que não se verificou, justifica grande parte do desvio verificado nesta rubrica.

No que concerne à “**VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**”, há que tecer duas grandes considerações: as receitas provenientes da cobrança de água, saneamento e resíduos sólidos, e as receitas relativas aos programas sociais – Rede de ATL e serviço de refeições. Quanto à execução das receitas relativas à venda de água, dificilmente chegará aos valores previstos, já que existem valores que apenas serão cobrados em sede de juros de mora e execuções fiscais. Das restantes receitas provenientes de venda de bens e serviços, são as receitas das mensalidades do Programa Crescer Melhor - Rede Municipal de ATL e da Cozinha Municipal que maior peso confere à execução da rubrica. As outras vendas de bens e serviços não se enquadram nas anteriores rubricas, e referem-se a receitas cobradas por vistorias, verificações metrológicas e quota de disponibilidade incluída nos recibos de água. Devido, sobretudo, a esta última receita, a execução da rubrica 070399 pode considerar-se significativa no total das vendas de bens e serviços.

No que respeita às “**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**”, de referir apenas que incluem as custas de execuções fiscais, participação dos alunos nos transportes escolares e a regularização do IVA devido pelo adquirente.

Da análise da receita corrente, poderemos concluir que a estrutura das mesmas assenta maioritariamente nas receitas próprias do Município, como anteriormente referido.

QUADRO 7 – ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

COMPOSIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
09. Venda de Bens de Investimento	16.112.618,40	9.160.320,79	0,00	0,00	0,00
10. Transferências de Capital	5.087.587,76	5.087.587,76	3.691.590,61	72,56	53,07
11. Activos Financeiros	20.000,00	20.669,49	669,49	3,24	0,01
12. Passivos Financeiros	101.438,00	3.091.438,00	1.717.500,00	55,56	24,69
13. Outras Receitas de Capital	4.197.296,58	4.197.296,58	1.524.734,14	36,33	21,92
15. Reposições não Abatidas nos Pagamentos	15.000,00	15.000,00	21.570,98	143,81	0,31
Total das Receitas de Capital	25.533.940,74	21.572.312,62	6.956.065,22	32,25	100,00

Fonte: Controlo Orçamental da Receita 2009

As “**RECEITAS DE CAPITAL**”, incluindo as outras receitas (reposições não abatidas nos pagamentos) com uma execução de € 6.956.065,22 (32,25%), registaram uma execução superior à do ano anterior em cerca de **314%**, e tiveram origem nas “transferências de capital”, nos “passivos financeiros” e nas “outras receitas de capital”.

Dando sequência à política que o executivo tem praticado nos últimos anos, de aumentar o património municipal em vez de o alienar, aliada a uma conjuntura actual desfavorável ao mercado imobiliário, a “**VENDA DE BENS IMÓVEIS**” não teve execução, ficando a aguardar condições de mercado mais favoráveis.

As “**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**” incluem o Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital (transferências de capital do Orçamento de Estado), cuja execução se efectua de acordo com o previsto e as receitas para financiamento de investimentos, quer sejam comunitários ou com carácter de contratos-programa (cooperação técnica e financeira). As receitas provenientes de fundos comunitários no âmbito do QREN e de acordos/protocolos de financiamento contribuíram em grande parte para o aumento da execução face ao ano anterior. De salientar os financiamentos FEDER dos Complexos Escolares do Alvito e do Furadouro e o protocolo celebrado com a REFER para comparticipação nas obras da Passagem Superior ao Km 101 e Restabelecimentos.

No entanto, a indefinição de regras e atrasos na abertura de candidaturas condicionaram significativamente a prossecução de mais projectos. Apesar de haver perspectivas de financiamento para remodelação das redes de saneamento (Ciclo da Água), bem como para o Museu das Guerras Peninsulares, incluídos na contratualização com a Oeste CIM, e cujos concursos para envio de candidaturas ainda não foram abertos. Também o Edifício Multi-serviços em A-dos-Negros aguarda possibilidade de financiamento. Para o Parque Tecnológico, apesar de candidatura formalizada em 2008, ainda não se obteve resposta por parte do Mais Centro.

QUADRO 8 – CANDIDATURAS APROVADAS E EM FASE DE APROVAÇÃO

Designação	Entidade	Investimento	Financiamento aprovado	Situação
Óbidos Criativa - Parcerias para a regeneração urbana	Mais Centro	1.407.000,00	984.000,00	Aprovada em 2009
Plano de Praia do Bom Sucesso	Mais Centro	373.718,00	280.288,50	Aprovada em 2010
Carbono Social - Carbobarómetro	Mais Centro	276.000,00	71.784,38	Aprovada em 2010
Rede de Jardins de Infância de Óbidos - 1.ª Fase	Mais Centro - Oeste CIM	445.250,00	443.913,00	Aguarda aprovação
TOTAL		2.501.968,00	1.779.985,88	

Fonte: Contratos de financiamento

Os “**PASSIVOS FINANCEIROS**” têm execução pela primeira vez desde 2004 decorrente da taxa de comparticipação FEDER muito baixa atribuída aos complexos escolares do Alvito (35,94%) e do Furadouro (51,07%). Este facto, e tendo em consideração os limites legais do endividamento municipal, levou o Município de Óbidos a contrair um empréstimo de longo prazo no montante de € 2.990.000. Deste montante apenas foram utilizados em 2009 € 1.717.500, de acordo com a evolução da execução financeira das obras.

A rubrica “**OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL**” reveste um carácter genérico, enquadrando, no caso do Município de Óbidos, as receitas cobradas em sede de ligação e contratos de água, pedidos de orçamento e de ramais.

3.1.2. ORÇAMENTO DA DESPESA

As despesas globais totalizaram € 21.898.231,64 em 2009, sendo que destas € 12.678.744,66 (57,90%) respeitam a despesas correntes e € 9.219.486,98 (42,10%) a despesas de capital. Em comparação com o ano transacto, registou-se um aumento de € 1.684.036,32 (15,32%) nas despesas correntes, verificando-se um aumento bastante mais significativo nas despesas de investimento de € 3.296.977,94 (55,67%).

O Orçamento da Despesa teve uma execução física 92,97% e uma execução financeira de 54,61% detalhada nos mapas abaixo.

QUADRO 9 – ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução Financeira	% Exec. Financeira	% PESO P/ RUBRICA
01. Despesas com Pessoal	6.345.413,61	5.656.341,89	89,14	44,61
02. Aquisição de Bens e Serviços	8.334.758,62	3.908.142,46	46,89	30,82
03. Juros e Outros Encargos	523.415,37	182.865,61	34,94	1,44
04. Transferências Correntes	801.057,46	745.917,48	93,12	5,88
05. Subsídios	1.511.641,22	1.360.513,29	90,00	10,73
06. Outras Despesas Correntes	991.530,93	824.963,93	83,20	6,51
Total das Despesas Correntes	18.507.817,21	12.678.744,66	68,50	100,00

Fonte: Balancete da Despesa 2009

As “**DESPESAS COM PESSOAL**” são uma rubrica sensível na execução do orçamento da despesa corrente. Para além de existirem limites legais a cumprir, são objecto de regras previsionais rígidas que obrigam a constantes actualizações de dotações ao longo do ano, nomeadamente no que respeita a contratações.

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que entrou em vigor a 28 de Outubro de 2009 vem revogar o Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, relativo aos limites legais das despesas com o pessoal. De referir que até à entrada em vigor do novo diploma, os limites legais foram cumpridos.

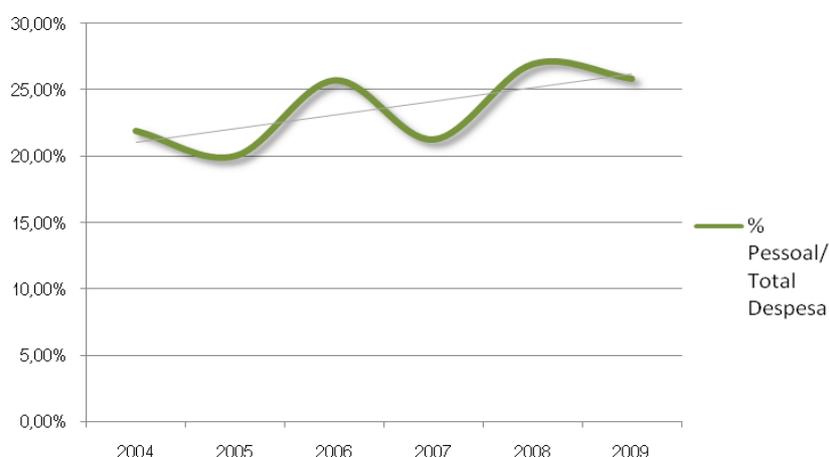
QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA 2004-2009

Designação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Despesas com Pessoal	3.302.432,07	3.625.101,98	3.917.565,05	4.098.140,31	4.556.322,01	5.656.341,89
Total das Despesas	15.057.551,58	18.119.338,65	15.237.102,82	19.283.826,34	16.917.217,38	21.898.231,64
% Pessoal/Total Despesa	21,93%	20,01%	25,71%	21,25%	26,93%	25,83%

Fonte: Balancete da Despesa 2004 a 2009

As despesas com pessoal têm sofrido uma tendência crescente, e que tem origem no aumento das valências administrativas, sociais e educativas que o Município tem posto à disposição dos seus municípios, bem como na transferência da responsabilidade do pessoal não docente do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo para os municípios.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA (%)



Fonte: Balancete da Despesa 2004 a 2009

As despesas gerais de funcionamento do Município de Óbidos estão incluídas na “**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**” correntes, como sejam a electricidade, comunicações fixas e móveis, seguros, assistência técnica, material de escritório e de limpeza, consumíveis de informática, entre outros. Estas despesas apenas se encontram dotadas no orçamento da despesa, não tendo qualquer influência no Plano de Actividades (mais relevantes) – PAM nem no Plano Plurianual de Investimentos – PPI.

O orçamento inclui todas as despesas, pelo que esta rubrica registará todas as aquisições de bens e serviços referentes ao funcionamento geral, acima referidas, bem como as despesas inerentes aos programas sociais, educação, acção social, armazéns, água, saneamento, RSU e ambiente.

As aquisições de bens e serviços, em 2009, tiveram uma execução financeira ligeiramente inferior a 2008, embora a execução física seja superior. Esta situação espelha um aumento da dívida, nomeadamente, com a aquisição de água e com a aquisição de serviços de recolha e deposição de resíduos sólidos cujos acordos de regularização de dívida agora em vigor ainda não tinham produzido efeitos.

As “**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**” para as Freguesias no âmbito dos protocolos de delegação de competências para os transportes da Rede Municipal de ATL, os protocolos com os parceiros dos programas sociais, os subsídios às colectividades e associações desportivas, para além dos apoios às famílias (carenciadas) e particulares (bolsas), têm papel relevante na concretização de diversas acções e programas que, sem a intervenção de terceiros, certamente não conseguiriam maximizar os benefícios às populações.

Os “**SUBSÍDIOS**” respeitam aos contratos-programa com a Óbidos Patrimonium – EEM, para concretização do plano de actividades culturais e turísticas que se propôs para o ano 2009 e com a Óbidos Requalifica – EEM, no âmbito das actividades previstas nos seus estatutos.

Nas “**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**” são consideradas as despesas que não se enquadram noutras rubricas anteriores, a saber, restituições de caucões de água, pagamento de IVA, indemnizações a munícipes e imposto sobre o rendimento de capitais (contas bancárias).

QUADRO 11 – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução Física	Execução Financeira	% Exec. Física	% Exec. Financ.	% PESO P/ RUBRICA
07. Aquisição de Bens de Capital	19.913.689,47	18.567.640,48	7.907.464,33	93,24	39,71	85,77
08. Transferências de Capital	1.242.438,16	1.127.724,04	876.670,57	90,77	70,56	9,51
09. Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10. Passivos Financeiros	267.938,27	267.938,16	267.938,16	100,00	100,00	2,91
11. Outras Despesas de Capital	167.500,00	167.413,92	167.413,92	99,95	99,95	1,82
Total das Despesas de Capital	21.591.565,90	20.130.716,60	9.219.486,98	93,23	42,70	100,00

Fonte: Balancete da Despesa 2009

As “**AQUISIÇÕES DE BENS DE CAPITAL**” correspondem aos projectos e acções definidos no PPI, a pormenorizar aquando da análise daquele documento e constituem a tipologia da despesa com maior significado. No entanto, em 2009 será de destacar as obras de maior relevância que contribuíram para a execução física tão próxima dos 100%: complexos escolares do Alvito e do Furadouro, complexo logístico municipal, passagem superior ao km 101, pavimentação de vários troços de estradas e caminhos e obras por administração directa em vários locais do concelho.

Os protocolos de delegação de competências com as Freguesias, na parte de capital, assumem o papel mais relevante nas “**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**”.

O empréstimo bancário contratado em 2009 ainda se encontra no período de carência, pelo que as amortizações de capital limitam-se a cumprir os planos de pagamento de empréstimos já contratados. O endividamento de médio e longo prazo será abordado adiante, no ponto 5.1.4.

As “**OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL**” registaram uma execução superior aos anos anteriores devida à restituição de valor recebido em excesso em 2002, no âmbito da candidatura ao QCA III - Medida 1.5 – Valorização da Cerca do Castelo 2.ª fase.

QUADRO 12 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA / 2009

Orgânica	Designação	Execução	% Valor
01	Administração Municipal	13.821.072,19	63,12%
0101	Operações Financeiras	438.577,21	2,00%
0102	Classes Inactivas	10.264,03	0,05%
0103	Órgãos de Autarquia	6.269.488,54	28,63%
0104	Assembleia Municipal	6.817,81	0,03%
0105	Protecção Civil	46.757,05	0,21%
0106	Gabinete de Comunicação	37.627,82	0,17%
0107	Gabinete de Veterinária	4.712,05	0,02%
0108	Centro de Intervenção Social	6.387.155,17	29,17%
0109	Gabinete Jurídico	63.015,58	0,29%
0110	Fiscalização Municipal	16.182,71	0,07%
0111	Inovação, Informática e SIG	540.474,22	2,47%
02	Serviços de Administração Geral	8.077.159,45	36,88%
0201	Serviços Administrativos e Financeiros	1.734.409,26	7,92%
0202	Ambiente e Obras Municipais	5.372.298,31	24,53%
0203	Planeamento e Gestão Urbanística	430.084,99	1,96%
0204	Investigação Cultural	540.366,89	2,47%
Total Geral		21.898.231,64	100,00%

Fonte: Controlo Orçamental da Despesa por classificação orgânica 2009

Nas “**Operações Financeiras**” registam-se os movimentos relativos aos empréstimos bancários e juros de mora.

Os “**Órgãos da Autarquia**” assumem 28,63% do total das despesas, espelhando os gastos comuns ao funcionamento do município, como sejam, a electricidade e iluminação pública, os seguros, as contribuições para a segurança social, os contratos a termo resolutivo, as transferências para as freguesias e para as empresas municipais, os apoios aos bombeiros voluntários, à fábrica da igreja, o IVA pago, os reembolsos de cobrança dos impostos directos, entre outras despesas de menor relevância.

Quanto ao “**Centro de Intervenção Social**”, há que salientar os investimentos nos complexos escolares do Alvito e do Furadouro, no Jardim de Infância das Gaeiras e o projecto para a requalificação da Escola Josefa d’Óbidos.

Os “**Serviços Administrativos e Financeiros**” englobam as despesas gerais com comunicações, material de limpeza e economato, seguros de pessoal, avença mensal dos CTT, bem como a aquisição de imóveis.

A orgânica “**Ambiente e Obras Municipais**” inclui os investimentos no complexo logístico municipal, a construção da passagem superior ao km 101, as intervenções rodoviárias (por empreitada e por administração directa) em vários locais do concelho, os investimentos na área do ambiente e ainda a rede de distribuição de água e a rede de saneamento.

3.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

QUADRO 13 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS)

Grandes Opções do Plano (POR SECTORES ESTRUTURAIS)								
Objectivo	Descrição	Previsão da Despesa		Execução Física	Pagamento	% Exec. Física	% Exec. Finan.	Peso por rubrica %
		Dotação Inicial	Dotação Final					
1	FUNÇÕES GERAIS	4.019.987,30	3.698.416,53	3.463.681,37	1.527.081,54	93,65%	41,29%	11,62%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.016.787,30	3.695.681,58	3.461.707,78	1.525.751,70	93,67%	41,28%	11,61%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.192.134,50	1.193.487,00	1.052.517,66	1.038.429,82	88,19%	87,01%	7,90%
1.1.1.1.	SERVIÇOS GERAIS	1.192.134,50	1.193.487,00	1.052.517,66	1.038.429,82	88,19%	87,01%	7,90%
1.1.1.2.	INOV-ÓBIDOS	426.177,27	388.578,39	348.963,13	100.896,93	89,81%	25,97%	0,77%
1.1.1.3.	PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS MUNICIPAIS	207.064,40	230.264,40	181.121,61	141.298,13	78,66%	61,36%	1,08%
1.1.1.4.	EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	2.191.411,13	1.883.351,79	1.879.105,38	245.126,82	99,77%	13,02%	1,87%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	3.200,00	2.734,95	1.973,59	1.329,84	72,16%	48,62%	0,01%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	19.467.044,40	16.630.725,61	15.658.685,48	6.802.761,25	94,16%	40,90%	51,78%
2.1.	EDUCAÇÃO	10.073.086,24	10.675.486,92	10.091.055,07	4.943.803,15	94,53%	46,31%	37,63%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	10.073.086,24	10.675.486,92	10.091.055,07	4.943.803,15	94,53%	46,31%	37,63%
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR E BÁSICO	10.014.166,24	10.654.251,22	10.069.819,37	4.922.567,45	94,51%	46,20%	37,47%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	58.920,00	21.235,70	21.235,70	21.235,70	100,00%	100,00%	0,16%
2.2.	SAÚDE	111.457,54	61.957,54	61.457,54	-	99,19%	0,00%	0,00%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	111.457,54	61.957,54	61.457,54	-	99,19%	0,00%	0,00%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	418.117,78	443.186,35	436.396,90	301.435,74	98,47%	68,02%	2,29%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	418.117,78	443.186,35	436.396,90	301.435,74	98,47%	68,02%	2,29%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	6.658.111,91	4.903.503,19	4.625.197,82	1.288.738,98	94,32%	26,28%	9,81%
2.4.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	1.110.941,29	200.686,69	197.691,52	97.151,11	98,51%	48,41%	0,74%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	717.233,16	792.533,16	700.603,70	206.344,85	88,40%	26,04%	1,57%
2.4.2.1.	REQUALIFICAÇÃO URBANA	210.799,91	363.599,91	331.635,45	152.152,85	91,21%	41,85%	1,16%
2.4.2.2.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO	506.433,25	428.933,25	368.968,25	54.192,00	86,02%	12,63%	0,41%
2.4.3.	SANEAMENTO	702.754,18	835.250,94	826.131,57	345.024,25	98,91%	41,31%	2,63%
2.4.3.	SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS	702.754,18	835.250,94	826.131,57	345.024,25	98,91%	41,31%	2,63%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.164.335,19	971.481,06	887.972,20	298.286,95	91,40%	30,70%	2,27%
2.4.4.	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	1.164.335,19	971.481,06	887.972,20	298.286,95	91,40%	30,70%	2,27%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.299.250,00	1.684.615,94	1.684.241,19	222.651,96	99,98%	13,22%	1,69%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E	1.663.598,09				78,43%	28,47%	0,91%

	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA		418.935,40	328.557,64	119.279,86			
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	2.206.270,93	546.591,61	444.578,15	268.783,38	81,34%	49,17%	2,05%
2.5.1.	CULTURA	2.067.059,70	341.480,38	241.905,52	155.684,45	70,84%	45,59%	1,18%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	139.211,23	205.111,23	202.672,63	113.098,93	98,81%	55,14%	0,86%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.091.379,08	5.090.952,04	4.815.335,92	2.021.488,51	94,59%	39,71%	15,39%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	834.304,55	332.609,88	332.058,41	201.622,18	99,83%	60,62%	1,53%
3.1.1.	AGRICULTURA	834.304,55	332.609,88	332.058,41	201.622,18	99,83%	60,62%	1,53%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	732.023,34	638.522,25	631.862,94	364.879,85	98,96%	57,14%	2,78%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3.525.051,19	4.119.819,91	3.851.414,57	1.454.986,48	93,49%	35,32%	11,07%
4	OUTRAS FUNÇÕES	4.267.691,50	3.335.651,58	3.131.482,18	2.787.726,96	93,88%	83,57%	21,22%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	893.158,16	900.158,16	900.059,93	848.606,41	99,99%	94,27%	6,46%
4.2.	JUNTAS DE FREGUESIA	893.158,16	900.158,16	900.059,93	848.606,41	99,99%	94,27%	6,46%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	3.374.533,34	2.435.493,42	2.231.422,25	1.939.120,55	91,62%	79,62%	14,76%
4.3.1.	ENSINO SUPERIOR	32.947,84	20.911,80	20.911,80	20.911,80	100,00%	100,00%	0,16%
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	3.341.585,50	2.414.581,62	2.210.510,45	1.918.208,75	91,55%	79,44%	14,60%
		32.846.102,28	28.755.745,76	27.069.184,95	13.139.058,26	94,13%	45,69%	100,00%

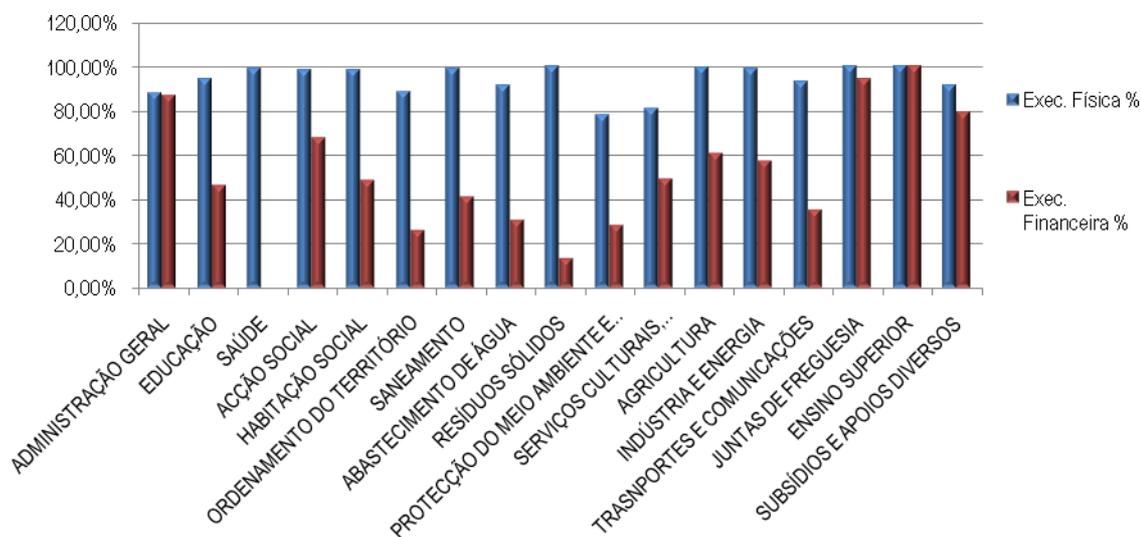
Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2009

GRÁFICO 6 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SECTORES ESTRUTURAIS 2009



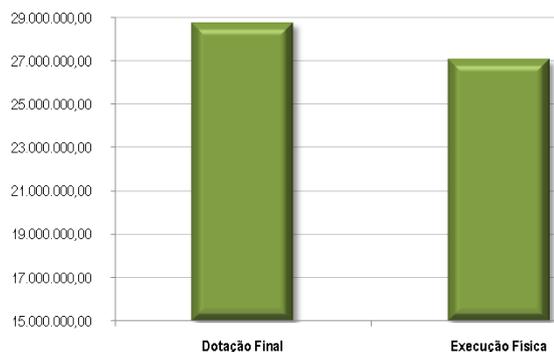
Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2009

GRÁFICO 7 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO 2009



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2009

GRÁFICO 8 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – DOTAÇÃO FINAL E EXECUÇÃO FÍSICA



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2009

QUADRO 14 – RESUMO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) / 2009

CLASS. FUNCIONAL	DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIIS	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO (€)		Exec. %		Peso por rubrica %	
		PAM	PPI	PAM	PPI	PAM	PPI	PAM	PPI
1	FUNÇÕES GERAIS	15.825,58	3.682.590,95	7.157,04	1.519.924,50	45,22%	41,27%	0,18%	16,49%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	4.710.552,66	11.920.172,95	1.735.101,18	5.067.660,07	36,83%	42,51%	44,27%	54,97%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	345.000,00	4.745.952,04	268.697,22	1.752.791,29	77,88%	36,93%	6,86%	19,01%
4	OUTRAS FUNÇÕES	2.092.801,62	1.242.849,96	1.908.615,84	879.111,12	91,20%	70,73%	48,69%	9,54%
TOTAL		7.164.179,86	21.591.565,90	3.919.571,28	9.219.486,98	54,71%	42,70%	100,00%	100,00%
TOTAL GERAL		28.755.745,76		13.139.058,26		45,69%			

Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2009

As Grandes Opções do Plano (GOP) incluem os projectos mais relevantes do Município de Óbidos (PAM – despesas correntes) e os investimentos (PPI – despesas de capital). As despesas com o pessoal e os gastos gerais de funcionamento não estão incluídos, daí a diferença entre o total do orçamento e o total das GOP.

Fará sentido analisar a execução das GOP por sector de actividade, uma vez que esta análise permitirá averiguar do grau de convergência entre a execução real e a estratégia e prioridades do executivo.

As **FUNÇÕES GERAIS**, que traduzem 11,62% do total das GOP, incluem os projectos relacionados com o funcionamento geral e directo do Município de Óbidos e assumiram grande relevância ao nível da aquisição de imóveis, encargos com empréstimos bancários e a construção do novo edifício municipal – complexo logístico.

Indubitavelmente, as **FUNÇÕES SOCIAIS** têm a maior expressão da despesa por sector de actividade, com **51,78%**, e incluem os projectos mais próximos da linha de tendência estratégica, nomeadamente a educação (novos complexos escolares do Alvito e do Furadouro), para além da conservação e manutenção do restante parque escolar. As funções relacionadas com a saúde e acção social, cujas despesas revestem um carácter corrente, não implicam avultados investimentos para o seu normal funcionamento, como se pode comprovar pelo Programa Crescer Melhor, pela Cozinha Municipal, pelo Melhor Idade, pelo Óbidos Solidário, pelo Saúde Melhor, entre outros. De relevar a conclusão das obras de Habitação Social, os apoios financeiros aos parceiros e a instituições com intervenção social.

A requalificação urbana, o saneamento e o abastecimento de água, enquanto pilares estruturantes da actividade municipal e embora sem qualquer financiamento externo, não deixam de ser objecto de elevada execução.

Os programas ambientais – Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, assumem cada vez mais um papel de relevo, não só ao nível dos investimentos, mas também no que concerne à sensibilização e formação das populações, no âmbito do Programa Óbidos Carbono Social. Esta é uma área cuja tendência será de aberta expansão em anos futuros.

A cultura e o desporto, apesar de serem valências transferidas quase na totalidade para a Óbidos Património-EM, requerem ainda alguns investimentos por parte do Município, nomeadamente ao nível das infra-estruturas, embora com casa vez menor relevância na despesa. A Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento (direitos de autor e serviços de investigação), contribuiu em grande parte para a execução dos serviços culturais.

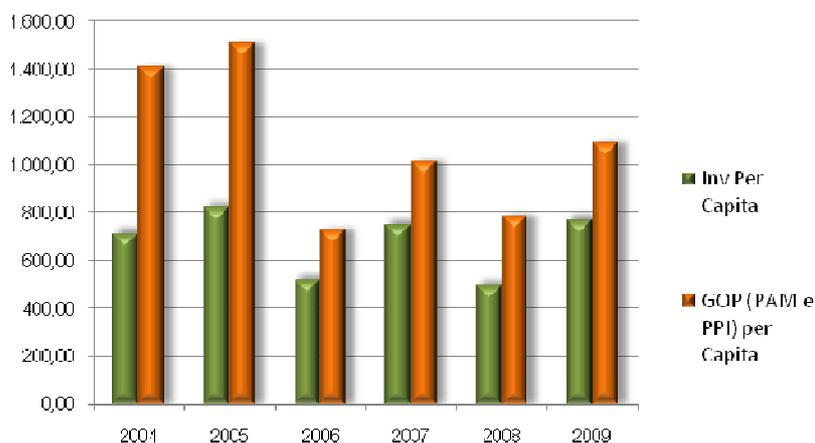
No âmbito das **funções económicas** com 15,39% do total das GOP, reflecte vincadamente a execução de investimentos na rede viária, apenas com um investimento co-financiamento pela REFER – passagem superior ao km 101. Para os restantes investimentos, houve recurso apenas a meios próprios.

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) 2002-2009

Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Dotação final	16.050.013,73	17.621.636,84	21.957.910,62	28.026.817,52	18.404.918,45	18.560.493,25	19.397.760,80	28.755.745,76
Realizado	7.070.044,43	11.907.471,22	15.057.551,58	18.119.338,65	8.774.688,67	12.212.317,76	9.461.746,73	13.139.058,26
Coef. Realização	44,05%	67,57%	68,57%	64,65%	47,68%	65,80%	48,78%	45,69%

Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2009

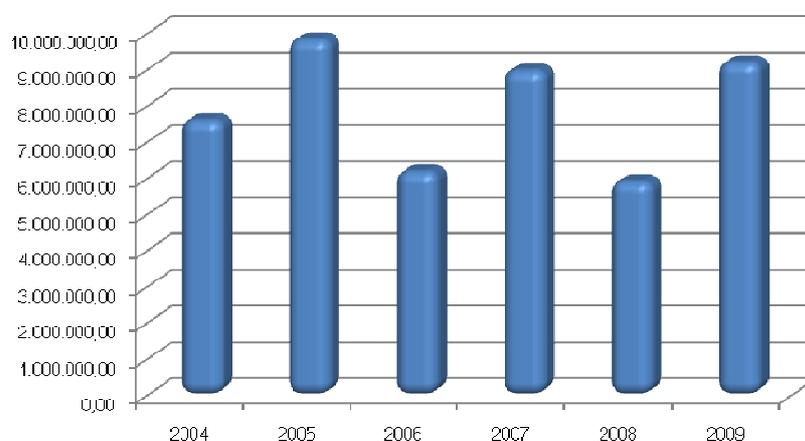
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS E DAS GOP (PAM E PPI) PER CAPITA



Fonte: Execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Grandes Opções do Plano 2009

Considerando o facto atrás referido da implicação directa das oscilações dos financiamentos externos (QCA III e QREN) nos níveis de investimento, também os investimentos e as GOP per capita sofreram idênticas oscilações, revelando em 2009 a execução dos programas comunitários.

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS 2004-2009



Fonte: Execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Grandes Opções do Plano 2009

4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, activos e passivos. As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Município de Óbidos, reportada ao final do exercício económico, permitindo uma análise da autarquia quanto ao seu grau de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez.

De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), serão apresentadas, também, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal constituído pelo Município, pela Óbidos Património- EEM e pela Óbidos Requalifica-EEM.

4.1. BALANÇO

ACTIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
Imobilizado	50.825.216,36	Fundos Próprios	26.598.302,09
Bens do Domínio Público	6.707.583,33	Património	33.933.235,66
Imobilizações Incorpóreas	318.864,60	Reservas	1.990.068,46
Imobilizações Corpóreas	42.110.766,84	Resultados Transitados	-10.710.127,31
Investimentos Financeiros	1.688.001,59	Resultado Líquido do Exercício	1.385.125,28
Circulante	4.189.103,52	Passivo	28.416.017,79
Existências	357.332,83	Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	3.857.019,46
Dívidas de Terceiros - CP	2.942.292,31	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	9.218.312,77
Depósitos Inst. Fin. e CX	511.148,58	Acréscimos e Diferimentos	15.340.685,56
Acréscimos e Diferimentos	378.329,80		
TOTAL DO ACTIVO	55.014.319,88	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	55.014.319,88

Fonte: Balanço 2009

4.1.1. IMOBILIZADO

ACTIVO LÍQUIDO	
Imobilizado	50.825.216,36
Bens do Domínio Público	6.707.583,33
Outras construções e infraestruturas	4.322.675,88
Bens o patrim. Hist., artist. Cultural	1.113,80
Outros bens do domínio público	183.952,63
Imobilizações em curso	2.199.841,02
Imobilizações Incorpóreas	318.864,60
Despesas de investigação e desenvolvimento	178.720,84
Propriedade industrial e outros direitos	140.143,76
Imobilizações Corpóreas	42.110.766,84
Terrenos e recursos naturais	4.297.312,13
Edifícios e outras construções	24.114.072,10
Equipamento básico	3.359.842,85
Equipamento de transporte	1.130.993,74
Ferramentas e utensílios	128.279,27
Equipamento administrativo	1.962.919,92
Outras imobilizações corpóreas	668.569,32
Imobilizações em curso	6.448.777,51
Investimentos financeiros	1.688.001,59
Partes de capital	1.688.001,59

Fonte: Balanço 2009

De referir o esforço envidado pelos serviços do registo contabilístico do imobilizado de anos anteriores, que reflecte uma subavaliação do Activo e que se pretende corrigir. Deste esforço resultará uma situação significativamente melhor em termos de Activo e de Fundos Próprios, embora com implicações directas nos resultados líquidos. Salienta-se que as amortizações, na demonstração de resultados, apenas espelham os custos com o imobilizado já registado contabilisticamente.

QUADRO 16 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 2004-2009 (Valor de aquisição)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total/anos
Rústico	447.455,09 €	663.933,57 €	422.225,00 €	415.407,38 €	635.118,92 €	225.875,00 €	3.976.656,62 €
Urbano	402.379,79 €	922.337,72 €	586.500,00 €	132.421,50 €	135.000,00 €	356.432,25 €	2.535.071,26 €
TOTAL	849.834,88 €	1.586.271,29 €	1.008.725,00 €	547.828,88 €	770.118,92 €	582.307,25 €	6.511.727,88 €

Fonte: Execução do Plano Plurianual de Investimentos (2004 a 2009)

4.1.2. DISPONIBILIDADES

	1 Janeiro 2009	31 Dezembro 2009
Caixa	1.458,38	1.822,15
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	492.374,76	478.404,14
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	2.491,23	20.090,10
Banco Espírito Santo	189.503,08	5.422,86
Banco BPI	0,00	5.409,33
Total Geral	685.827,45	511.148,58

Fonte: Balanço 2009 e Extracto de movimentos do plano da geral 2009

4.1.3. PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Entidades	Anos Anteriores	2009
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	
Resioeste, S A	41.561,79	
Águas do Oeste, S A	501.430,00	
Centro Op. Tecn. Hort. Nac.-COTHN	1.500,00	
Trevoeste, S.A.	5.125,00	
Óbidos Patrimonium - E.M.	400.000,00	
Óbidos Requalifica - E.M.	50.000,00	687.886,00
Sub - Total	1.000.115,59	687.886,00
Total	1.688.001,59	

Fonte: Extractos de movimentos do plano da geral 2008 e 2009

O movimento registado na conta de participações de capital diz respeito à regularização do aumento de capital em espécie da entidade empresarial municipal Óbidos Requalifica – EEM, realizado em 2006.

4.1.4. DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZOS (Empréstimos Bancários)

	2000	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida médio/longo prazo	2.400.494,81	3.777.947,73	3.515.524,41	3.735.042,19	3.323.467,96	3.109.750,41	2.761.856,80	2.407.457,62	3.857.019,46
Dívida MLP/Total das Receitas (%)	35,81%	39,16%	33,92%	33,03%	18,03%	21,14%	14,19%	14,41%	17,78%

Fonte: Balancetes de Terceiros (2000 a 2009)

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo espelham unicamente o capital em dívida dos empréstimos bancários. O aumento face ao ano anterior diz respeito à utilização parcial do empréstimo para financiamento dos Complexos Escolares do Alvito e do Furadouro.

Apesar dos montantes da dívida, o limite legal do endividamento é integralmente cumprido, quer pelas dívidas do Município, quer da Óbidos Requalifica – EEM e da entidade participada Resioeste (na percentagem da participação).

Com o aumento da dívida, inevitavelmente, os rácios financeiros testemunham a ligeira redução da autonomia financeira e da solvabilidade. No entanto, como se pode comprovar, a situação financeira do Município de Óbidos continua boa.

Liquidez Geral (Activo circulante/Passivo curto prazo)	41,34
Endividamento (Dívidas a 3.ºs CMLP/Fundos Próprios+Passivo)	51,65
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo Total)	48,35
Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo)	93,60

A fraca liquidez geral é colmatada com uma fortíssima solvabilidade, que traduz a capacidade do município em satisfazer os seus compromissos, embora numa perspectiva de médio prazo.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Óbidos encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2009, com um Resultado Líquido de Exercício de € 1.225.535,08, motivado fundamentalmente pelas receitas provenientes de taxas de loteamentos e compensação de urbanização, e pelas transferências do Orçamento de Estado e pela cooperação técnica e financeira. Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos bancários e pelo aumento do pagamento de juros de mora.

A Demonstração de Resultados será, então, o espelho dos custos e proveitos da actividade Municipal, em 2009, sintetizada no quadro abaixo:

	Valor (€)
Resultados Operacionais	2.315.303,37
Resultados Financeiros	-262.535,15
Resultados Correntes	2.052.768,22
Resultados Extraordinários	-667.642,94
Resultado Líquido de Exercício	1.385.125,28

Fonte: Demonstração de Resultados 2009

Apesar de demonstrada a capacidade da autarquia para gerar proveitos suficientes para fazer face aos custos do exercício, atenta-se o facto de não estarem reflectidas as amortizações do exercício no total dos custos.

5. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

5.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Autárquica	573.811,84	573.811,84	573.811,04	573.811,84	573.811,84	573.811,84
Contribuintes c/c	987,89	0,00	0,00	22,55	5,00	50,00
Utentes c/c	162.945,63	172.545,62	203.884,66	181.232,31	233.375,97	214.145,43
Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	119.026,76	104.265,20	59.261,40	61.900,24	2.105.246,10	2.073.100,18
Estado e Outros entes Públicos	71.014,19	9.791,82	0,00	92.417,97	21.786,56	0,00
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00	38.061,10	81.184,86
Total	927.786,31	860.414,48	836.957,10	909.384,91	2.972.286,57	2.942.292,31

Fonte: Balançetes de Terceiros (2004 a 2009)

A rubrica Dívidas de Terceiros inclui a receita emitida e não cobrada, relativa às Vendas de Bens e Serviços (principalmente da venda de água), quer nas dívidas de utentes conta corrente, quer nas cobranças duvidosas (execuções fiscais), bem como à compensação das infra-estruturas do Bom Sucesso por parte do loteador para com o Município.

5.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

	2000	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida curto prazo	2.468.954,82	1.552.219,15	1.534.698,41	2.054.518,00	2.479.516,99	2.626.967,61	2.851.931,38	5.534.401,54	9.218.312,77
Dívida curto prazo/Total da despesa	36,83%	16,09%	16,38%	17,25%	13,68%	17,24%	14,79%	32,71%	42,10%

Fonte: Balançetes de Terceiros (2004 a 2009)

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as dívidas a fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a prestadores de serviços (outros credores).

O seu aumento reflecte o nível de investimentos efectuado sem qualquer apoio de financiamento a fundo perdido. Apesar da ausência de financiamento, o Município optou por não comprometer um elevado nível de execução física de investimento, o que terá contribuído para o referido aumento.

5.3. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Locação Financeira	193.739,26 €	89.104,12 €	88.509,05 €	150.670,94 €	173.895,92 €	231.254,45

Fonte: Balancetes de Terceiros (2004 a 2009)

A locação financeira concorre para as dívidas a terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos. Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria.

5.4. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Empréstimos Bancários	3.533.192,67	3.323.467,96	3.109.750,41	2.761.856,80	2.407.457,62	3.857.019,46

Fonte: Execução do Plano Plurianual de Investimentos 2009 e Balancete da Despesa 2009

Os encargos com os empréstimos em vigor, e relativamente ao período em análise totalizaram €389.540,72:

- Amortização da dívida no valor de € 267.938,16;
- Juros no valor de € 123.627,54.

6. ANÁLISE DE INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira através fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que tem sido a evolução da autarquia, desde o exercício económico de 2004.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)

Rácios	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Imp. Directos/ Rec. Correntes	41,00	49,56	47,83	62,28	51,15	46,75
Transf. Correntes/ Rec. Correntes	22,00	23,02	21,22	17,50	18,36	19,41
Venda Bens e Serv./ Rec. Correntes	20,00	19,01	18,88	12,45	15,25	14,72
Rec. Correntes/ Rec. Totais	72,00	59,01	76,07	77,12	86,76	67,93
Rec. De Capital/Rec. Totais	29,00	41,00	23,93	22,88	13,22	32,07

Apesar dos Impostos Directos terem registado um peso inferior ao dos últimos três anos, continuam a assumir grande relevância na estrutura das receitas, nomeadamente nas receitas correntes. As receitas de capital demonstram a recebimento de financiamentos externos atrás mencionados (transferências de capital).

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)

Rácios	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoal/ Desp. Correntes	44,40	43,83	43,35	39,83	41,44	44,61
Aq. Bens e Serv./ Desp. Correntes	42,00	39,06	36,64	40,93	36,75	30,82
Investimentos/ Desp. de Capital	88,20	87,51	74,19	84,68	72,73	85,77
Passivos Fin./ Desp. de Capital	2,70	2,33	0,00	3,87	5,98	2,91
Desp. Correntes/ Desp. Totais	49,50	45,65	59,31	53,35	64,99	57,90
Desp. de Capital/ Desp. Totais	50,60	54,35	40,69	46,65	35,01	42,10
Dívidas a Terceiros/Despesa Paga	14,67	13,68	17,24	10,67	28,91	42,10

De salientar o significativo aumento das despesas de investimento face ao total da despesa, com o corresponde decréscimo das despesas correntes. O rácio relativo à dívida a terceira aumentou bastante, fruto do esforço municipal para concretização dos investimentos estruturantes para o Concelho. Referir ainda a diminuição do peso das aquisições de bens e serviços no total das despesas correntes, comprovando esforço exercido pelo executivo na racionalização de meios e moderação de despesa.

RÁCIOS FINANCEIROS (%)

Rácios	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoal/ Rec. Correntes	30,10	33,27	35,01	27,30	31,44	38,39
FEF/ Desp. Totais	35,10	19,32	22,97	17,24	18,67	12,82
Amortiz.+Juros/ Rec. Totais	2,00	1,81	2,02	2,38	2,86	2,08
Rec. Correntes/ Desp. Correntes	147,30	131,72	123,82	145,89	131,83	116,22
Rec. de Capital/ Desp. de Capital	56,00	76,55	56,77	49,49	37,30	75,45

A tendência decrescente do rácio FEF/Despesas totais espelha a cada vez menor dependência do orçamento municipal para financiamento da sua actividade, corroborando aliás o facto da estrutura orçamental estar muito apoiada nas receitas próprias.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 «RESERVAS Legais», no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2009

Assim para cumprimento desta norma legal, o Município de Óbidos, propõe o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 1.3853125,28 seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais:..... € 69.256,26

Resultados Transitados:..... € 1.315.869,02.

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de 2010

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de 2010

